

ARAUTO DA MISÉRIA: ELEMENTOS DO DISCURSO DO ESTADO NEOLIBERAL NOS EDITORIAIS SOBRE REFORMA TRABALHISTA DA GAZETA DO POVO

Alexsandro Teixeira Ribeiro*

Introdução

Os meios de comunicação desempenham função fundamental na sociedade contemporânea, seja atuando como um elemento ou instituição de mediação e construção da realidade (BERGER, 1985), seja assumindo um destaque no papel de propiciar uma arena de debate e de formação da opinião pública (LIPPMANN, 2008), ou ainda fomentando a revitalização da esfera pública e integrando a sociedade a partir de uma razão dialógica (HABERMAS, 2003). Da mesma forma que guarda um potencial propositivo junto à sociedade, os meios de comunicação também são fruto de preocupação no campo da comunicação e da sociologia pela sua capacidade de mobilizar e influenciar as massas - foco dos principais paradigmas formulados nas primeiras pesquisas sobre a comunicação no início do século XX (COHN, 2004) -, ou ainda pelo seu potencial de se consolidar como uma ferramenta de dominação discursiva sob o domínio de elites políticas (CHOMSKY & HERMAN, 2003). Afinal de contas a imprensa e as demais instituições de comunicação e entretenimento se consolidaram como atores centrais na mediação da realidade na sociedade contemporânea.

É quase impossível acompanhar os principais fatos do dia em âmbito local, regional, nacional e internacional sem ter que recorrer às instituições de imprensa ou veículos de comunicação. Em meio a isso, existe um limitado rol de temas e assuntos que são tornados públicos pela mídia. Assim, como preconiza McCombs (2009, p.67), ao estabelecer as linhas gerais da Teoria do Agendamento, a intensa competição entre “os temas para um lugar na agenda é o mais importante aspecto deste processo. A qualquer momento há dezenas de temas disputando a atenção do público”. A imprensa torna-se, portanto, uma arena de disputa pelos atores que buscam visibilidade e atenção, o que reforça dialeticamente o poder da mídia em dar visibilidade a tais atores e temas. Tal capacidade, a de desempenhar influência e colaborar na formação da opinião pública, bem como a de atender ao interesse público, sobretudo diante o Estado e a Economia, confere à mídia o título de quarto poder (LIPPMANN, 1922). A partir de tal função, à imprensa caberia a função de cão de guarda da sociedade, como um quarto poder que atende ao interesse da população contra o domínio ou da opressão do poder estatal ou ainda do poder econômico.

O que se vê, na prática, é uma outra postura. O que se busca analisar no presente artigo é

* Doutorando em Sociologia pela UFPR, mestre em jornalismo pela UEPG. alexsandroribeiro@gmail.com

justamente a relação entre a imprensa, com interesses privados, atuando na defesa de uma bandeira que vai de encontro ao interesse público. Trata-se da análise da postura editorial do jornal Gazeta do Povo, veículo centenário paranaense com postura conservadora, diante do processo da reforma trabalhista apresentada e aprovada durante o governo de Michel Temer (MDB) entre dezembro de 2016, quando o projeto foi proposto pelo governo à Câmara Federal, até novembro de 2017, quando o projeto, já sancionado pela presidência, entrou em vigor.

Contudo, o que se propunha com a redução de uma série de direitos trabalhistas e a eliminação do custeio compulsório do sindicato era o sucateamento das instituições de aglutinação e defesa dos trabalhadores, assim com a fragilização da justiça do trabalho e retirada de conquistas históricas da classe trabalhadora brasileira. A medida anunciava uma retomada ao modelo neoliberalista de estado, marcado por políticas de desregulação comercial interna, privatização uma série de reformas subservientes ao mercado com o objetivo de combater os direitos trabalhistas. Galvão (2003), ao observar a devassa neoliberal brasileira ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, destaca o discurso neoliberal de ataque aos trabalhadores a partir da redução dos direitos a partir de um questionamento à amplitude da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o que os neoliberais consideram como “excessos da lei”. “O impacto da política neoliberal sobre os trabalhadores é ainda mais negativo porque sua introdução vem associada a processos de reestruturação produtiva que afetam o setor privado” (GALVÃO, 2003, p.116).

Em meio a este cenário de tensionamento político, o papel da imprensa deveria ser o de defensora dos interesses dos cidadãos, o de reveladora das práticas de ataques ao direito do trabalhador, e o de analista sobre as práticas políticas. Na prática, o que se consolidou foi outro desenho, ou seja, o de atendimento a outros interesses que nem sempre o do público como sociedade ou como cidadão leitor, mas sim o interesse privado ou ainda do público como consumidor. Desta feita, como uma empresa, a mídia, uma instituição do capital privado, dotado de interesses econômicos e políticos, assume também um papel na luta de classes, qual seja, o de reforçar o poder do capital e do bloco dominante e o de defender a manutenção da subserviência e opressão das classes subalternas. Como uma instituição predominante no agendamento e da constituição da realidade mediatizada, os meios desempenham tal função a partir de estratégias discursivas de manipulação e de visibilidade.

No caso da Gazeta do Povo, o trabalho desempenhado no período entre o início da proposta da reforma trabalhista do governo de Michel Temer até o sancionamento da lei foi o de defender publicamente a reforma como um projeto necessário para o processo de “modernização” da leis trabalhistas. Para este empreendimento de análise da postura editorial da Gazeta do Povo foram coletados 48 textos publicados pelo jornal entre julho de 2016 e dezembro de 2018 em que foram debatidos a reforma trabalhista. Nas observações metodológicas, o que se busca é observar o discurso

mediático à luz de um cenário de lutas de classes. Braga (2020), ao analisar o discurso da mídia sobre a crise de acumulação brasileira, entre os anos de 2015 a 2018, identificará no discurso a forma dos meios de comunicação como instituições do capital de estabelecerem dominação. Resgatando Bakhtin, Braga (2020, p.32) reforça que a linguagem da dominação burguesa é a estratégia da classe dominante em meio às formas de consolidação de determinados signos e significados na sociedade. “Em uma concepção dialética, o discurso é sempre o discurso de alguém, manifestação concreta da linguagem do seu portador (indivíduo, classe social, instituição, associação etc.), logo manifestação da consciência” (BRAGA, 2020, p.32). Em vista disso, o presente trabalho relata a identificação de traços de políticas e posturas neoliberais nas estratégias discursivas operadas pelo jornal Gazeta do Povo ao longo das edições aqui já relatada no que se refere ao tratamento da reforma trabalhista.

Neoliberalismo e a fragilização do trabalho

Uma das principais características do neoliberalismo é a fragilização das instituições de seguridade social e das instâncias de direitos do trabalho. O estado neoliberal, conforme destaca Viana (2009) ao defender a tese do capitalismo na era da acumulação integral, vem se consolidando ao longo da década de 1980 resultante de uma série de mutações do modo de produção decorrentes de uma necessidade de aprimoramento das formas de reprodução do capitalismo diante de um cenário de queda de lucro e extração de mais-valor.

Um estado mínimo, menos amarras entre fronteiras, privatizações e ampliação do aproveitamento abusivo em âmbito internacional para amplificar as estratégias de exploração. “O estado neoliberal tem o papel fundamental de criar as condições institucionais para o aumento da acumulação capitalista, o que o liga intimamente com a chamada reestruturação produtiva e com o neoimperialismo” (VIANA, 2009, p.32). O neoliberalismo, portanto, é a postura que permite ao capital amplificar suas formas de exploração e de estabelecimento de estratégias de extração da mais-valia. Tal postura é operacionalizada não apenas pelo mercado, mas pelo Estado.

Assim, Viana (2009) destaca que há uma distância conceitual entre o que se propõe como leitura do conceito apropriado do liberalismo clássico, que vem a ser a ideologia neoliberal, que encontra as linhas gerais na obra de Frierich Hayek, e o que se formaria como o estado neoliberal. A ideologia neoliberal é anterior ao estado neoliberal, não sendo, contudo, o Estado Neoliberal resultante direto da ideologia neoliberal. Em linhas gerais, encontraremos na ideologia neoliberal (VIANA, 2009; HARVEY, 2008; BRAGA, 2020) elementos como a ideia da extrema desregulamentação da economia por parte dos agentes estatais, a primazia do mercado, a venda e privatização de todas as áreas de exploração, políticas de benesses ao capital, extinção de políticas de auxílio à redução da pobreza ou de distribuição de renda, dentre outros. Tais posturas estão presentes

em políticas econômicas em várias partes do globo ao longo da segunda metade do século XX.

Contudo, o que Viana reforça (2009) é que o estado neoliberal é a instância que se organiza para permitir tais empreendimentos da ideologia neoliberal. Ou seja, para possibilitar o regime de acumulação integral, uma das formas é a instituição de um estado que permita a operacionalização de políticas de desregulamentação do mercado, pelas políticas de repressão e de vigilância social. Assim, o “Estado neoliberal é a forma estatal necessária ao novo regime de acumulação, o regime de acumulação integral, que é um complemento necessário ao processo de reestruturação produtiva e alteração nas relações internacionais” (2009, p.33). Para manter sua postura melhor ranqueada diante do cenário internacional, o estado promove uma série de políticas de exploração e de privatizações que não consideram o estado de bem estar social ou a seguridade dos cidadãos, assim, o “Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas e novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global” (HARVEY, 2008, p.76).

De fato, ao reduzir a responsabilidade do estado em áreas de sustentação social ou de bem-estar, atua-se em duas frentes. Um deles é com a possibilidade de exploração do mercado sobre tais áreas, na medida em que há uma falta de cobertura do estado. Conseqüentemente, aumenta-se a precarização de tais áreas na medida em que o mercado reduz a qualidade de atendimento para aumentar o lucro, e em parte na medida em que parte da população fica desassistida por falta de recursos próprios para custear tais serviços. Com isso, conforme aponta Harvey (2008, p.86), a “rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. Em geral se atribuem os fracassos pessoais a falhas individuais, e com demasiada frequência a vítima é quem leva a culpa”.

A exploração extrema das condições de trabalho é uma das estruturas de promoção da acumulação integral, e é aqui que se destacam estratégias como reformas da legislação e trocas de regras menos rígidas para os trabalhadores por um conjunto de leis que sejam mais agressivas para o proletariado. Subsidiadas pelo capital, tais estratégias são operadas pelo Estado Neoliberal. Ou seja, no neoliberalismo, o estado se torna subserviente ao capital para garantir a acumulação integral. O resultado de tais políticas é a promoção da pobreza e desigualdade, mesmo em países mais ricos. “A desregulamentação do mercado permite o aumento da exploração (corrosão dos direitos trabalhistas) e perda de poder aquisitivo e de pressão por parte dos trabalhadores, bem como deixa as empresas mais livres para utilizar trabalho infantil e outras estratégias que geram mais desemprego e elevam o grau de exploração” (VIANA, 2009, p.34). No Brasil, o mundo do trabalho foi um dos principais prejudicados com as políticas do estado neoliberal desde a década de 1990, acentuado por um processo de desestruturação e por um cenário de aumento do desemprego, queda salarial e perda de aquisição de bens, redução da participação do mercado de trabalho formalizado, aumento da

informalidade e redução da segurança legal e amparo ao trabalhador. Nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, entre 1990 e 2002, caracterizado como principal momento das reformas e políticas do estado neoliberal, o país foi cenário de estratégias de flexibilização e redução dos direitos trabalhistas em nome de um discurso de modernização e atualização do mercado de trabalho que resultariam em geração de empregos e melhorias das condições de trabalho. Na prática, o resultado das reformas foi um quadro oposto, o de queda salarial recorde, precarização do trabalho, “forte perda de expressão do emprego formal na estrutura ocupacional e do aumento da informalidade e do trabalho precário associados a baixos salários” (KREIN et al, 2018).

Os governos que se seguiram, quais seja, o de Lula, entre 2003 e 2010, e Dilma Rousseff, 2011 e 2016, as posturas do estado diante do cenário do trabalho não foi tão distante a ponto de eliminar a sombra do Estado Neoliberal na economia e nas relações de trabalho. Apesar das políticas de redistribuição de renda e de amparo às classes menos abastadas, com projetos como o Bolsa Família, e de políticas de incentivo ao mercado formal e retomada do poder de compra, as políticas financeiras se mantiveram, conforme destaca Braga (2020), ao qualificar as duas gestões de Lula e a primeira gestão de Dilma como governo neoliberal populista, abordagem de relações sociais neoliberais como “política financeira, corte de gastos, maior abertura para o capital internacional, lei de falências, lei das parcerias públicos-privadas, estatização das dívidas empresariais, autonomia do Banco Central, socorro aos bancos privados e estatais, expansão do crédito etc”.

Braga reforça tal abordagem ao destacar que as políticas de melhorias de renda foram paliativas, e que a fragilidade das classes desprivilegiadas são tamanhas que logo na sequência, no governo de Michel Temer, entre 2016 e 2019, quaisquer medidas de retração de direitos mandaria “novamente milhares de indivíduos das classes sociais desprivilegiadas imediatamente à condição de extrema pobreza e lumpemproletarização (marginalização da divisão social do trabalho)”. (BRAGA, 2020, p.26). E de fato, parte disso ocorre com a proposta de Reforma Trabalhista¹, aprovada no governo Temer em julho de 2017, que alterou diversos pontos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Dentre as propostas aprovadas na reforma² estão a primazia do negociado sobre o legislado, ou seja, a validade do acordado entre patrão e empregado mesmo que diferente do que preconiza a lei; flexibilização do trabalho; terceirização de atividades-fim; contrato de trabalho intermitente; dentre outros pontos. À época, após a aprovação do projeto no Congresso em 2017, o próprio presidente chegou a defender a reforma como necessária para a melhoria do cenário do trabalho ao afirmar que “a nova legislação criará novas relações trabalhistas adequadas à realidade atual, preparando o mercado para as demandas do presente e exigências do futuro”³. O resultado disso,

1 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm

2 <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/87750-reforma-trabalhista-de-temer-retrocede-ao-seculo-19>

3 <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2019/11/11/aumento-da-miseria-extrema->

contudo, foi distante. Além de uma estagnação do desemprego, mesmo com a reforma, o que se viu foi um aumento recorde de informalidade, passando de 11,2 milhões de trabalhadores sem carteira assinada em 2017 para 11,8 milhões em 2019.

Mídia, agendamento e padrões de manipulação

O jornalismo, como uma instituição social com representatividade na consolidação das informações, tem regras específicas que ajudam a constituir a realidade no seio da sociedade. Não à toa, os demais campos e agendas sociais, como a política eleitoral, a religiosa, a esportiva e a de celebridades, buscam sempre pressionar os meios de comunicação com o objetivo de conquistar visibilidade e status de importância. Não que os meios façam um acontecimento de fato ocorrer, mas, uma vez representado midiaticamente, o fato é elevado ao grau de importância na sociedade e considerado socialmente existente.

Da mesma forma, os meios institucionalizados, como a imprensa, determinam o que é acontecimento pela evidência e pela saliência dos fatos, ou seja, pela replicação e reprodução constante de um fato. Como forma de analisar esse fenômeno, o campo da comunicação desenvolveu hipóteses e teorias como a teoria do agendamento, que se propõe a analisar a forma como os meios atuam e pressionam a agenda social por meio da agenda dos meios. Duas dimensões são importantes para compreender a efetividade dessa influência (McCombs, 2009).

A primeira dimensão é pela publicação e reincidência do acontecimento nos meios de comunicação. Quanto mais um assunto está na pauta dos meios de comunicação, maior será sua incidência nos debates públicos, nos assuntos nos ônibus, no trabalho e em várias dimensões da sociedade. Isso cria um foco, um tema ou um conjunto de temas que o tornam uníssono socialmente e o transformam em um acontecimento midiático. A segunda dimensão é quando temos um enquadramento específico sobre um tema, o que faz com que uma abordagem específica seja evidenciada. É o caso da violência como tema de relevância social. Vivemos situações de violência na sociedade, mas podemos ter o assunto evidenciado como acontecimento geral ou como realidade social em razão da saliência do fato nos meios (McCombs, 2009). Contudo, o recorte pode privilegiar a violência ocorrida nos bairros pobres, como se isso acontecesse apenas lá. O recorte cria um direcionamento no olhar que institui uma realidade diferente. Ao mesmo tempo que cria uma realidade, oculta uma infinidade de outras realidades possíveis. Tais premissas do agendamento não explicam, contudo, a postura da imprensa, mas apenas a forma pela qual há uma correlação entre a agenda dos meios e o que se torna predominante socialmente. Não à toa, a abordagem do agendamento na perspectiva de McCombs (2009) não considera a intencionalidade como parte da análise, ou seja, não se preocupa em compreender se há ou não intenção dos meios em influenciar a

agenda da sociedade.

A proposta do agendamento se centra apenas em identificar a incidência de temas e em como os recortes e enquadramentos são preponderantes para formar a agenda da sociedade. Se existe tal influência, porém, mesmo que a teoria do agendamento não se preocupe com a intencionalidade, não há como negar que a imprensa tem uma postura social clara, o de reforçar o discurso da classe dominante. Como destaca Ramonet (2012), ao analisar a imprensa internacional, diferente da figura de cão de guarda da sociedade, a imprensa como instituição do mercado, organiza uma imprensa de “democracia de opinião”, em que os jornalistas desempenham um papel de cumplicidade com o capital. Diante do público, há uma suposta trama de denúncias e de cobertura de fiscalização da coisa pública, mas nos bastidores há uma “comparsaria feita de conivências e de cumplicidades” (2012, p.51).

Com isso, o poder estaria na relação política e econômica que assume papel de maior relevância na lógica da empresa jornalística frente ao interesse público. Assim, complementa Ramonet, na guerra ideológica pressionada pela globalização, os meios são ferramentas de guerra comercial, abandonando a “função de quarto poder qualquer e procuram defender seus privilégios de casta. Como ocorria antes com a oligarquia latifundiária, esses proprietários de latifúndios midiáticos opõem-se a toda reforma social e a toda distribuirão um pouco mais justa das imensas riquezas nacionais” (2012, p.63). Assim, como integrante da classe privilegiada, a mídia efetua o agendamento a partir de um discurso dominante entendendo a imprensa de forma ferramental e funcionalista. Nesta perspectiva, os meios de comunicação são instrumentos que podem ser operados para replicar e reforçar o pensamento das ideias e das relações materiais dominantes (BRAGA, 2020). Abramo (2016), ao considerar tais posturas da imprensa, alcança uma lista de posturas de padrões de manipulação que os meios de comunicação desempenham socialmente.

A própria prática da construção da notícia acarreta em parte em um padrão de manipulação a partir de uma suposto recorte da realidade. Ou seja, o que se consolida é uma relação indireta com a realidade, uma referência que tende a distorcer a realidade. Abramo usa como forma de ilustrar este pensamento o uso de um espelho deformado. Este apresenta alguma relação com a realidade, refletindo algo que dialoga com o real, mas que jamais pode representar em sua totalidade, ou ainda em linhas claras. “Assim, o público – a sociedade – é cotidiana e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz, se contrapõe e frequentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece” (ABRAMO, 2016, p.39). É em meio a este jogo de simulação da realidade que a imprensa manipula realidade a partir de estratégias que são identificadas por Abramo como padrões de manipulação, entendendo padrões como modelos que podem ser explorados em maior ou em menor grau pelas empresas ou grupos jornalísticos da imprensa hegemônica.

O pesquisador encontra ao menos cinco padrões observáveis de formas de manipulação dos meios. O primeiro é o padrão de ocultação, pelo qual o conteúdo ou o recorte da realidade fica de fora do rol de assuntos que são divulgados ou abordados pela imprensa. Abramo destaca aqui uma intencionalidade na ação da ocultação ao estabelecer que um determinado acontecimento ou fato não é de caráter jornalístico. Assim, um acontecimento não ultrapassaria a barreira do conhecimento⁴ ou da visibilidade social caso não esteja na leitura dos meios de comunicação. “O fato real foi eliminado da realidade, ele não existe. O fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato presente na produção jornalística, real ou ficcional, passa a tomar o lugar do fato real” (ABRAMO, 2016, p.41).

Um segundo padrão preconizado por Abramo é o da fragmentação, pelo qual há uma determinada visibilidade ao fato, mas de forma entrecortada. Parte desta abordagem é o que verifica-se com o conceito de enquadramento da teoria do agendamento. De uma realidade, o que se percebe são recortes ou fragmentos. A fragmentação na perspectiva de Abramo (2016, p.42)., contudo, atende uma ótica intencional de persuasão que se consolida em dois eixos: a de seleção de aspectos e a de descontextualização. Similar ao conceito de ocultação, a abordagem de seleção de aspectos está na ordem de definição do que será visibilizado e o que ficará de fora do foco da atenção dos meios. Parte deste padrão pode ser explicado pela linha editorial ou postura do jornal, que se torna aparente ao longo das publicações ou das rotinas produtivas internalizadas pelos jornalistas ou presentes em constrangimentos diários nos processos produtivos (SOUSA, 2002).

O terceiro padrão é o da inversão, que apresenta o todo pela parte e distorce a realidade. Aqui o padrão pode ser estabelecido em toda a etapa jornalística, que vai desde a interpretação do fato até o relato do fato. Segundo Abramos, na inversão podemos ter desde a troca do que é fundamental pelo que é entretenimento ou tangente ao fato importante, até a troca da opinião pela informação. “O órgão de imprensa praticamente renuncia a observar e expor os fatos mais triviais do mundo natural ou social, e prefere, em lugar dessa simples operação, apresentar as declarações, suas ou alheias, sobre esses fatos” (ABRAMO, 2016, p.45). O terceiro padrão de manipulação da mídia é o da indução, pelo qual os leitores ou consumidores da informação são levados a construir um cenário que não condiz com a realidade a partir da imagem que é formada pelo jornal em fragmentos. Assim, a somatória dos elementos apresentados de formas descontextualizadas são completadas ou rediagramadas pelos leitores ou consumidores da informação. Este padrão de manipulação abre espaço para que grupos

4 A abordagem da ocultação e do agendamento também é foco da tese lançada pela pesquisadora Elisabeth Noelle-Neumann intitulada *Espiral do Silêncio* (1995). Na medida em que a imprensa estabelece o consenso a partir da visibilidade, o que se constrói é uma invisibilização social para os demais temas que estão em confronto com a versão oficial ou oficiosa a partir dos meios. Neste aspecto, a ocultação é a realidade não abordada pelos meios, ou seja, o assunto de relevância social que afeta às minorias, por exemplo. A espiral do silêncio atua no momento em que o consenso se estabelece, e provoca o medo de rejeição decorrente do confronto das ideias midiáticas, que se aparentam como ideias dominantes.

exteriores se apropriem da leitura da agenda dos meios para estabelecer cenários de realidades que atendam pautas destes determinados grupos, como por exemplo grupos conservadores ou xenófobos que juntam os fragmentos da mídia para compor sua versão de realidade.

Por fim, Abramo (2016) estrutura o padrão global de manipulação. Este é específico para os veículos de mídia em rádio e televisão, e se consolida no formato de escrita da narrativa, que é sempre apresentada no seguinte formato: apresentação do problema, fala da população sobre o problema, apresentação da solução pelas autoridades. Os padrões de manipulação não são excludentes, e se apresentam com maior ou menor intensidade dependendo da linha editorial do veículo e do tema abordado.

A repetição da farsa nos editoriais da Gazeta do Povo

A proposta metodológica aqui estabelecida busca observar o discurso organizado nos editoriais da Gazeta do Povo em torno da Reforma da Previdência proposta pelo governo Michel Temer, vinculada à estrutura do discurso de estado neoliberal. Assim, a abordagem metodológica de análise parte em identificar a repetição e o reforço a partir do que vimos como padrões de manipulação da mídia na estrutura abordada por Abramo (2016). Desta feita, buscamos identificar a forma de manifestação do discurso das classes dominantes a partir os eixos apresentados e revisitados pela Gazeta do Povo ao longo dos textos selecionados para a análise.

O discurso é o locus da estruturação e replicação das ideias dominantes. Na sociedade da informação, tais lógicas são operadas a partir dos meios de comunicação, principais agentes de mediação social e de construção da realidade. O discurso da mídia, contudo, não é gratuito ou despido de intencionalidade, e representa uma posição de fala e representatividade de um grupo. Como reafirma Braga (2020), o discurso é operado por alguém, e representa assim a língua go portador e a manifestação do lugar que ocupa na divisão social do trabalho. É pelo discurso que parte da dominação ideológica do neoliberalismo se consolida, afinal de contas, “por essas duas razões principais (superexploração e a resistência que ela acarreta) o neoliberalismo sempre veio acompanhado de estratégias discursivas, ideológicas e comunicacionais para garantir o necessário consenso e legitimidade social, especialmente em um contexto de desestabilização da acumulação integral, no qual ele adquire um formato discricionário” (BRAGA, 2020, p.32).

Se os padrões de manipulação são a forma de identificar a organização do discurso, por outro lado, há de se estabelecer a mensagem discursiva que buscaremos nas estratégias de replicação da ideia dominante. Uma vez eleito o estado neoliberal como foco da nossa atenção, é na estrutura que sustenta a ideologia neoliberal que podemos encontrar os principais formatos de mensagens a serem reafirmados pela mídia. Um quadro central para o estado neoliberal é desenhado pelas medidas

estabelecidas no Consenso de Washington⁵, conjunto de políticas liberais que nortearam a estrutura econômica e as decisões das relações internacionais em vários países ao longo das últimas décadas do século passado.

As recomendações preconizadas pelo consenso, instituído sob influência da Escola de Chicago, teve um peso significativo nas políticas econômicas da América Latina, sobretudo no Brasil, marcado por um projeto de privatização, sucateamento da máquina pública e do sistema previdenciário na década de 1990. As medidas são estruturadas em dois blocos (PEREIRA, 1991) com objetivos a curto e médio prazo. No primeiro bloco, as medidas são sobre rigidez na disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reformulação do sistema tributário, abertura e liberalização do sistema financeiro e um regime cambial que privilegia não a segurança interna, mas taxas competitivas que sejam atraentes para o mercado. Em um segundo bloco, com projeto a médio prazo, o que se estabelece é a liberalização comercial, a redução do estado, a privatização, desregulação da economia, proteção à propriedade intelectual, privilégio ao mercado estrangeiro.

A reforma trabalhista apresentada durante o governo Michel Temer foi uma das medidas do estado neoliberal empreendidas no seio do poder público para atender o interesse do capital. Conforme destaca Braga (2020), o governo, fruto de um processo de impeachment da Dilma Rousseff, nasce com a pauta de implantação do programa Uma Ponte para o Futuro⁶, do MDB, fundamentado no compromisso de “fazer valer os interesses do bloco dominante no Brasil, aprovando um conjunto de medidas de regularização neoliberal discricionária, tais como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) “do teto dos gastos”, a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência” (BRAGA, 2020, p.34).

Destes três projetos, apenas a reforma da previdência foi a grande derrota do governo e do congresso, não sendo votado durante os três anos do mandato. Os dois outros foram apresentados e aprovados com apoio midiático. No caso da reforma trabalhista, o projeto de lei⁷ foi apresentado em dezembro de 2016 à Câmara dos Deputados. A medida propunha alterar uma série de itens da CLT, considerada pelo discurso neoliberal⁸ como conjunto de regras atrasado que atrapalha o desenvolvimento do mercado de trabalho. Parte do discurso dominante de defesa do projeto do governo partia da bandeira de que as regras que privilegiavam os trabalhadores engessava as relações de trabalho e impediam os investimentos do capital externo. Para tanto, foram apresentadas propostas de estabelecer a primazia do negociados sobre o legislado, aumento de horas de trabalho, flexibilização das relações do trabalho, dentre outras medidas que na prática precarizavam ainda mais as condições de trabalho. Ao menos seis eixos são claros no projeto apresentado pelo governo e

5 <https://digitalcommons.conncoll.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=hisphp>

6 <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>

7 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122076>

8 <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/03/A-Reforma-Trabalhista-de-Temer.pdf>

aprovado pelo Congresso.

O primeiro deles é a possibilidade de contratos intermitentes ou ainda de regimes parciais de tempo. Um segundo ponto é alteração da tabela de multas administrativas. O terceiro é o legislado sobre o negociado. O quarto é a alteração da representatividade local dos trabalhadores, o que entra em conflito com o sistema sindical. O quinto é o que impacta a Justiça do Trabalho. E por fim o sexto é o que estabelece o trabalho temporário. Destaca-se ainda a inclusão no projeto do fim da obrigatoriedade do imposto sindical, o que acentua a fragilização dos trabalhadores frente ao desmantelamento das instituições de defesa dos trabalhadores. Em sete meses o projeto tramitou e foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, sendo sancionado pelo então presidente Michel Temer em julho de 2017, com vigência da lei válida a partir de dezembro do mesmo ano. Largamente criticado pelas entidades sindicais e demais organizações dos trabalhadores, o projeto teve apoio de alguns veículos de imprensa, dentre os quais o jornal paranaense *Gazeta do Povo*⁹.

Conforme já mencionado anteriormente, o corpus de análise do presente trabalho são os editoriais publicados pelo jornal *Gazeta do Povo* em seu site, nas edições digitais do jornal, entre julho de 2016 e dezembro de 2018 em que foi debatida a reforma trabalhista. Reforçando a defesa lançada por Braga (2020) do apoio da classe dominante ao processo de impeachment de Dilma e a consequente elevação de Temer à presidência, a bandeira da reforma trabalhista já vinha sendo ventilada midiaticamente como medida necessária para a modernização do mercado de trabalho na imprensa, mesmo antes de Temer assumir o mais alto posto do executivo nacional. Optou-se por estender a pesquisa para um recorte de tempo um ano maior que o da vigência da lei para perceber o discurso da imprensa na defesa do projeto mesmo após os reflexos da lei. Com isso, chegou-se a um total de 48 textos editoriais do jornal com a junção dos termos “reforma trabalhista” e “Michel Temer”. Ainda sobre o corpus, justifica-se a escolha dos editoriais por ser o formato de texto jornalístico integrante do gênero opinativo em que se reservam as posturas defendidas abertamente pelos veículos. Ou seja, o editorial é o espaço por excelência na imprensa nacional em que os veículos manifestam suas defesas, bandeiras e posturas de forma aberta aos leitores e público em geral. De fato, conforme destaca Alves Filho (2006), ao analisar a postura dos editoriais e a assinatura ou a autoria, os editoriais representam a autoria institucional. O jornal, como empresa ou como um ente jurídico assina a manifestação.

Ao longo das edições analisadas para o presente trabalho, percebeu-se o discurso neoliberal de defesa da reforma como fundamental para o enfrentamento da crise financeira e do aquecimento do mercado de trabalho. Um dos principais editoriais em que o jornal se posiciona claramente pela defesa da reforma há uma tentativa de vinculação da CLT e da legislação trabalhista brasileira à figura negativa do ditador italiano Benito Mussolini, e a um cenário nacional rural oposto à realidade

9 <https://www.gazetadopovo.com.br/>

contemporânea. No editorial “Flexibilização Trabalhista”, após reforçar os “problemas criados pela rigidez da CLT”, o jornal ainda aposta no aumento da jornada de trabalho como uma necessária atualização da legislação trabalhista: “A rigidez da CLT e sua inadequação para a complexidade do mundo moderno é visível, e o governo Temer fala em apresentar projeto de lei ao Congresso Nacional para fazer uma mudança simples: elevar para 12 horas diárias o limite de jornada de trabalho”¹⁰. Viana (2009, p.28) reforça a estratégia da flexibilização das condições e segurança dos trabalhadores como forma de acentuar a extração de mais-valor absoluto, com o aumento da jornada de trabalho, com medidas que de “até na legislação trabalhista, tem como objetivo remover obstáculos jurídico-legais e deixar um espaço aberto e mais “flexível” para a ação do capital”.

O padrão de manipulação que se consolida em tal discurso, conforme abordado por Abramo (2016) é o da fragmentação e da ocultação, ao não apresentar o quadro do impacto que tais medidas trariam aos trabalhadores. Estabelece-se na defesa uma inversão de valores de que um benefício para a o patronato seria conseqüentemente uma vantagem para os trabalhadores, qual seja, a de aumentar sua jornada diária em até 50%.

A mesma lógica da inversão de valores na defesa da reforma ocorre no editorial “As reformas avançam”, publicada em 23/03/2017, depois do projeto ter sido aprovado na Câmara. Sobre um dos pontos da reforma, o da terceirização, o jornal retoma a defesa do “engessamento” da CLT não permitindo “novos arranjos”. Incurrendo no padrão de manipulação da inversão, o jornal alega que as leis trabalhistas prejudicam o trabalhador, em vez de o proteger. “O empreendedor precisa ser livre para decidir como gostaria de levar adiante o seu negócio; empregados e patrões precisam ser livres para negociar os termos de sua relação, com os sindicatos”¹¹.

A degradação dos direitos e do ambiente do trabalho como mercado está entre a lista de contradições criadas pelo estado neoliberal, sobretudo no que está relacionado à defesa dos direitos individuais. Assim, conforme destaca Harvey, os vícios surgem em caso de conflito, em que “o Estado neoliberal típico tende a ficar do lado do clima de negócios favorável em detrimento seja dos direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de auto-regeneração do ambiente” (HARVEY, 2008, p.81). Como já mencionado, as bandeiras apresentadas pelo jornal como formas de convencimento discursivo da necessidade da reforma ecoa as bandeiras estabelecidas pelo Consenso de Washington, a base da ideologia do estado neoliberal.

A flexibilização e liberalização das relações de trabalho são pontos reforçados de forma recorrente pelo jornal como fundamental para a dita “modernização das leis trabalhistas”, como no editorial “A reforma trabalhista avança”, publicado em 07/06/2017, em que o jornal aponta que o “grande mérito da reforma trabalhista é implantar um sistema baseado na flexibilidade e na livre

10 <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaoeitoriais/flexibilizacao-trabalhista-65ccwouswaexqr5qdsmdyh9k0/>

11 <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaoeitoriais/as-reformas-avancam-2sdlnsrvsoc6svr5og419o52f/>

negociação entre patrões e empregados[...] a reforma trabalhista reconhece que o mundo já não funciona apenas no esquema de “horário comercial, das nove às seis” e procura modernizar a legislação trabalhista para que contemple todas essas novas realidades do exercício profissional”¹².

O discurso neoliberal fica mais nítido ainda em alguns editoriais do jornal, em que há uma clara defesa dos ideais de fragilização da legislação para benefício do mercado, como no editorial “A reforma necessária”, publicada em 28/06/2017, em que o jornal defende que a lei é um problema quando interfere interesses da economia. Defende o jornal: “O excesso de obrigações e exigências incompatíveis com a realidade econômica e social fizeram exatamente isto no Brasil: a pretexto de proteger os empregados formais, lançou na economia informal, sem proteção, milhões deles”¹³.

Ao longo dos editoriais reservados para a análise, o que se percebe é o agendamento sendo estabelecido a partir dos padrões de manipulação preconizados por Abramo (2016), a partir da saliência dos elementos e enquadramento, como estabelecidos na Teoria da Agenda (McCOMBS, 2009). As estruturas de repetição e de estratégias de manipulação, conforme apontado nos trechos destacados anteriormente, e recorrentes em todos os editoriais escolhidos para a análise, alguns em maior incidência que em outros, é o da desqualificação do conjunto de leis trabalhistas da CLT; a alegação da necessidade da modernização das leis para atender novos modelos liberais de relações de trabalhos; a indicação que a CLT é um entrave para a retomada da geração de empregos; a caracterização das entidades sindicais como agentes corporativistas do atrasos.

Como destacado por McCombs, o retorno do discurso periódico estabelece uma agenda que vai se tornando predominante para os leitores. Ou seja, os “elementos proeminentes na apresentação que os mass media fazem do vasto mundo dos assuntos públicos tornaram-se proeminentes em nossas imagens daquele mundo. [...] Há um alto grau de correspondência nos detalhes reais destas imagens” (2009, p.133). A reincidência dos eixos de defesa das bandeiras do estado neoliberal, sobretudo no que diz respeito às condições de trabalho, como a partir da reforma trabalhista, estabelece uma agenda discursiva de um quadro negativo dos direitos adquiridos dos trabalhadores, como algo que deve ser extirpado para o bem do mercado. A realidade construída para o público que constrói a realidade apenas a partir da mediação do jornal analisado se aproxima de uma agenda de estado neoliberal que justificam as ações de precarização das relações de trabalho, condicionando a culpa das altas taxas de desemprego e informalidade às leis que buscam estabelecer ao menos o mínimo de direitos e conforto ao trabalhador.

Considerações finais

A realidade construída a partir da visibilidade e discurso da mídia tende a atender os interesses

12 <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/a-reforma-trabalhista-avanca-2bxoh631y8w9s6tiph5msgshj/>

13 <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/a-reforma-necessaria-cbffu1oey7unxmhq8uflosa1t/>

das classes dominantes quando observamos que os meios são estruturados a partir de empresas do capital privado. Como agentes dotados de um local de fala, os jornais replicam, em sua maioria, as ideias e estruturas simbólicas que reforçam a primazia do mercado e do capital. Em um estado neoliberal, tornam-se os porta-vozes que buscam diariamente legitimar as estratégias de repressão e de redução dos direitos individuais ou de segurança das classes menos abastadas. No mundo do trabalho, as regras do neoliberalismo tendem sempre a atender o interesse do empresariado e do capital, em detrimento aos trabalhadores, força motriz e geradora da real riqueza.

Ao analisar os editoriais do jornal Gazeta do Povo ao longo do trâmite do projeto da reforma no Congresso, e ao longo de um ano após o início da vigência do novo conjunto de regras trabalhistas, o que se percebeu foram estratégias de repetição do discurso do estado neoliberal que reforçam tá postura da mídia. O enquadramento midiático e a saliência de determinados fatos preconizados pela Teoria do Agendamento, somados aos padrões de manipulação destacados por Abramo, são ferramentas dos meios para constituição de uma realidade que atende aos interesses privados. Estas são estratégia construídas midiaticamente na cobertura da Reforma Trabalhista, que encontrou pouca resistência no cenário da imprensa, haja vista a insistente repetição de que a legislação trabalhista é um entrave para a geração de emprego e do investimento externo no país, de que a estrutura sindical é corporativa e sem eficiência, de que para sair da crise o trabalhadores deve sacrificar alguns direitos, e de que tais direitos são benesses negativas.

Referências

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação da grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

ALVES FILHO, Francisco. *A Autoria Institucional nos Editoriais de Jornal*. Alfa, São Paulo, v. 50, n. 1, p.77-89, 2006.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BRAGA, Lisandro. *Neoliberalismo discricionário e discurso do bloco dominante no Brasil (2015-2019)*. Revista E-I@tina. Volume 18, número 71, abr-jun de 2020.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *A crise na América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?* Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/883/820>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

COHN, Gabriel. *Sociologia da comunicação: Teoria e ideologia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

CHOMSKY, N. & HERMAN, E.S. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo: Futura, 2003.

GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Campinas, 2003. Tese

(Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

KREIN, José Dari. Et al. *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Campinas, SP : Curt Nimuendajú, 2018.

MCCOMBS, Maxwell. *A Teoria da Agenda: a mídia e a Opinião*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *La espiral del silencio o. Opinión Pública: nuestra piel social*. Ed. Paidós . México : 1995

RAMONET, Ignácio. *A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias*. São Paulo: Publisher, 2012.

SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo, Idéias e Letras, 2009.

Resumo: Como instrumento ideológico na luta de classe o jornal desempenha um papel de formador da realidade (SOUSA, 2002) na sociedade da informação. Considerando tais aspectos, o presente trabalho apresenta os resultados prévios de uma pesquisa sobre o discurso neoliberal na imprensa, a partir de análise discursiva de editoriais do jornal Gazeta do Povo, publicados entre dezembro de 2016 e novembro de 2017. A discussão estabelecida como fundo para a análise debate o poder de agendamento dos meios (MCCOMBS, 2009), os padrões de manipulação discursivas da imprensa (ABRAMO, 2016) e os aspectos da esfera de capital comunicacional (BRAGA, 2020) dos jornais. Os editoriais selecionados para a presente análise versam sobre o projeto de reforma trabalhista proposto no governo de Michel Temer (MDB), e que acarretou em uma perda história para os trabalhadores brasileiros.

Palavras-chave: neoliberalismo; discurso midiático; sociologia política; Gazeta do Povo

Abstract: An ideological instrument in the class struggle, the newspaper plays a role in shaping reality (SOUSA, 2002) in the information society. Considering these aspects, this article presents the initial results of a research on neoliberal discourse in the press, based on a discursive analysis of editorials from the newspaper Gazeta do Povo, published between December 2016 and November 2017. The discussion was established as a backdrop Background for the analysis debates the power of Agenda-setting (MCCOMBS, 2009), the patterns of discursive manipulation of the press (ABRAMO, 2016) and aspects of the sphere of communicational capital (BRAGA, 2020) of newspapers. The editorials selected for this analysis deal with the labor reform project proposed by the Michel Temer (MDB) government, which resulted in a historic loss for Brazilian workers.

Keywords: neoliberalism; media discourse; political sociology; Gazeta do Povo

* Recebido em: 06/05/2021.

* Aceito em: 18/06/2021.

